

**CRIAS DO ABANDONO, FILHOS DA ORDEM.
ASSISTÊNCIA, PODER E RESISTÊNCIA NO COLÉGIO DOS
ÓRFÃOS DE PERNAMBUCO
(1835 A 1875)**

Alcileide Cabral Nascimento ¹
Gabriel Navarro Barros ²

RESUMO: O presente artigo investiga como o governo de Pernambuco, entre os anos de 1835 a 1875, viabilizou estratégias de formação de trabalhadores minimamente qualificados para o mercado de trabalho livre e de disciplinamento de garotos órfãos e desvalidos, visando a um maior controle social. Uma das instituições criadas com esse intuito foi o Colégio dos Órfãos, que tinha o objetivo de produzir corpos dóceis e reduzir o acúmulo de meninos “ameaçadores” nas urbes. Neste período, emerge uma nova percepção acerca da infância desvalida, entendida agora como perigosa, e ganha força e poder a via filantrópica que tem a intenção de transformar esses rapazes desvalidos em força de trabalho útil, dócil e disciplinada para o mercado de trabalho livre na província de Pernambuco.

Palavras-chave: Infância; Políticas assistenciais; Colégio dos Órfãos.

ABSTRACT: The present article investigates how the government of Pernambuco, between the years of 1835 to 1875, offered strategies to form workers with the minimum of qualification for the free work market and disciplining strategies of orphan and wretched children, aiming a better social control. One of the institutions created with that aim was the Colégio dos Órfãos (Orphans School), which wanted to decrease the accumulation of “threatening” kids in the cities. In the present period, a new perception emerges around the wretched childhood, understood now as dangerous, and the philanthropy gains strength and power that intends to transform these wretched young men into useful, docile and disciplined working strength for the free working market in the province of Pernambuco.

Keywords: Childhood; Political assistance; Colégio dos Órfãos (Orphans School).

Diariamente, centenas de crianças no estado de Pernambuco experimentam, ao despertar, sensações de abandono e fragilidade. Como o personagem Gregor Samsa, do conto *Metamorfose* (KAFKA, 2001), sentem-se como “insetos” excluídos de uma ordem social e

¹ Professora de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

² Graduando de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

enxergam o desejo daqueles que, quase diariamente, passam a sua volta alimentando o afã de libertação de estorvos tão feios, a quem uma ilusória caridade decide raramente “auxiliar”.

Mas esses pequenos besouros, ao contrário do Samsa kafkaniano, não se escondem em baixo de suas camas (se as tivessem) à espera das refeições preparadas por suas irmãs. Ao contrário, necessitam aparecer. Precisam lutar e mostrar ao mundo que existem, rasgando os mantos que cobrem seus corpos com imagens de “insetos-humanos”, seres cuja existência parece não valer. Jamais podem ser esquecidos, não querem. Seja nos sinais, cheirando cola ou vendendo drops; nas ruas do subúrbio ou do centro, transportando drogas; em lugares obscuros, vendendo seus corpos, matando e roubando, estes serezinhos apresentam uma profunda necessidade de existir. Não querem sofrer o completo efeito da metamorfose...

Um pouco de história...

O desagrado que permeia a imagem da infância desvalida não se limita aos nossos tempos. No Brasil dos Setecentos não era imagem rara a presença de pequeninos chorando pelos fios lassos de suas vidas. Algumas crianças, abandonadas nas ruas, eram devoradas por cães ou porcos; outras faleciam solitárias, junto apenas ao frio e ao escuro da noite.

Na tentativa de acolher esses pequenos seres, fora criada, em 1726, a Casa dos Expostos em Salvador. Mais tarde, em 1738, outra, no Rio de Janeiro. Quase ao fim do século, fora a vez de Pernambuco, que contou com uma Casa em 1789. Foram instaladas rodas nessas instituições, onde eram depositadas crianças cujos pais e mães não queriam ou não podiam cuidar. Alcileide Cabral aponta que essas Casas surgiram dos embates com os costumes e sob a égide de um governo mais arguto aos cuidados populacionais. (NASCIMENTO, 2008) O controle dos indivíduos tendia a ser esmiuçado através do domínio perspicaz de administrações voltadas aos seus problemas e cuidados. A população aparece aqui como um objeto, alvo de aparelhos de poder e de saber, que, se bem gerenciada, poderia produzir efeitos econômicos específicos. (FOUCAULT, 2008, pp. 277-295)

A miséria de muitas mães, o excesso de filhos de outras e a tentativa de salvar a honra de mulheres inseridas numa sociedade machista, que entendia a virgindade como um símbolo ímpar da moral feminina, são elementos que impulsionaram a entrada de crianças na Casa dos Expostos. Não eram raros os infantes que morriam logo que adentravam na instituição. Os que sobreviviam eram direcionados para os cuidados das amas criadeiras que, mediante pagamento, ficavam responsáveis por eles até completarem sete ou oito anos. Acontece que as

crianças, após terem completo seu sétimo ou oitavo ano de vida, muitas vezes continuavam sob os cuidados das amas-de-leite ou retornavam até a Casa, saturando aquele estabelecimento que não era munido de condições para abrigar tantos enjeitados. Que fazer então com essas crianças, moças e rapazes?

No início do Dezenove são criadas estratégias que apresentavam a finalidade de garantir a educação e a disciplina desses pequenos que habitavam a província. A Casa dos Expostos não era capaz de garantir o cuidado e a educação de tantos indivíduos. Neste âmbito, entram em cena o Arsenal de Guerra (1832), a Companhia de Aprendizes Artífices (1837-1844), implantada no Arsenal da Marinha, o Colégio dos Órfãos de Santa Tereza (1835) e ainda o Colégio das Órfãs (1847), instituições que operaram para tentar produzir, sob a égide da moralidade burguesa, meninas e meninos obedientes, trabalhadoras e trabalhadores que deveriam garantir o sucesso econômico e moral do Estado. Cabe salientar que este período marcou uma transformação no que tange à assistência à infância em todo o Brasil, e não apenas em Pernambuco. É o tempo da filantropia, que entendia a assistência como prevenção de problemáticas sociais. Evitar o surgimento de vadios, prostitutas e delinquentes parecia mais viável que puni-los ou simplesmente abrigá-los.

Em tal esfera, pretende-se analisar uma instituição específica: o Colégio dos Órfãos, fundado em Olinda e posteriormente transferido para a cidade do Recife. Essa inquietação leva a investigar como o Estado, através desta Instituição, tentou controlar e disciplinar garotos órfãos e desvalidos, entendidos como potencialmente perigosos, no intuito de adestrá-los de acordo com necessidades e valores burgueses que se imiscuíam, paulatinamente, na sociedade e na economia escravocratas.

O Colégio dos Órfãos: objetivo e organização

A ideia de criar um colégio para órfãos em Pernambuco remete a uma década anterior ao funcionamento do estabelecimento. Um articulista do periódico O Conciliador Nacional, em junho de 1823, já recomendava que a província possuísse um seminário para órfãos. Aconselhava a utilização de um sítio abandonado na Boa Vista, onde ficava o Hospício de Jerusalém. No ano seguinte, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presidente da província, pretendia fundar um estabelecimento que apresentasse como finalidade o recolhimento e a educação de órfãos. Contudo, a instabilidade política do país e o fechamento da Assembleia Nacional pelo Imperador Pedro I pareceram ter gerado uma onda de revoltas e enfrentamentos

pelo país, configurados em Pernambuco com a Confederação do Equador. (NASCIMENTO, 2008) Na ocasião, o clima de tensão não tinha possibilitado a efetivação de tal desejo.

A autorização para a criação de um estabelecimento que apresentava por finalidade o cuidado de órfãos e órfãs em Pernambuco fora dada em 1831. A expulsão dos Padres de São Felipe Nery da província favoreceu a concretização desse planejamento, uma vez que, para isso, seriam destinados os bens da referida Congregação para a nova instituição. Ainda, a proibição da permanência dos Terésios, ordem de Carmelitas Descalços em Pernambuco, dada por decreto de 25 de agosto de 1831, facilitou a instalação do Colégio, devido ao fato de o novo estabelecimento ter sido alojado no Convento de Santa Tereza, onde antes ficava a ordem religiosa.

Somente em 1835 fora instalado, num Convento, localizado em Olinda, o Colégio dos Órfãos de Pernambuco. O ambiente era ermo, marcado pela presença de mangues e pântanos, paisagem que parecia não fazer muito bem às crianças que residiam ali e que foi alvo de críticas constantes dos médicos higienistas.

A constituição do Colégio dos Órfãos de Santa Tereza atende ao desejo de efetivar assistência às crianças desvalidas e órfãs do sexo masculino da província. É válido inferir que sua criação está em consonância com um desejo de controle populacional. A instituição aparece como um estabelecimento filantrópico destinado a acolher e educar indivíduos, fazer deles sujeitos úteis a si e ao estado. Rapazes carentes de educação e formação em algum tipo de trabalho apareceriam como potencialmente perigosos, uma vez que poderiam estar destinados à vadiagem e, conseqüentemente, à desorganização da sociedade.

Vale salientar o afastamento ideológico que o estabelecimento possui ante as instituições de assistência à infância do Dezoito, fundadas no pensamento religioso caritativo, embora isso não signifique uma ruptura definitiva com o ideal cristão. O relatório que o presidente da província apresenta à Assembleia Legislativa em 1842 ajuda a compreender a ideia filantrópica presente no Colégio:

Os orphãos, que por falta de meios são alimentados, e instruidos neste Collegio até os 16 annos, vem a ser abandonados na idade em que mais precisão de boa educação, por falta de medidas Legislativas, que dem a estes filhos adoptivos da Nação um destino para se applicarem a algum trabalho, que até á sua maioridade aproveitasse o Estado, e lhes servisse de modo de vida depois de terem com seus serviços indemnizado a Nação das despesas com elles feitas desde a adolescência.¹

Ratifica-se aqui o caráter de aproveitamento do indivíduo. O Estado não tinha o

interesse de oferecer ajuda a esses infantes se não lucrasse com isso. Ao contrário, analisando a fonte, é possível entender a preocupação do presidente da província de os jovens não serem capazes de retribuir as despesas que a “Nação” teria direcionado a eles. A filantropia cede, mas aguarda um retorno eficiente.

Cabe ressaltar que na documentação não existe uma nítida oposição entre pensamento caritativo e filantrópico. O discurso da caridade parece reforçar a ideia de filantropia, de utilidade/aproveitamento do sujeito. Nesse sentido, moderniza-se. Como revela o discurso do presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama, apresentado à Assembleia Legislativa em 1847, sobre o Colégio:

(...) quando aqueles infelizes tiverem de sair do Estabelecimento (...) não serão lançados (...) no meio da Sociedade, sem a menor habilitação, para conseguirem a subsistencia (...) estarão, pelo contrario, acostumados ao trabalho, terão aprendido algum officio, ou, ao menos, adquirido delle boas noções, e achar-se hão assim encaminhados a uma vida útil e a si, e ao Paiz. A Administração dos bens dos órfãos, e a dos estabelecimentos de Caridade tem empregado o maior zêlo, e esmero, para attingirem os fins de tão philanthropicas Instituições.²

Vale salientar que a preocupação em fazer dos meninos ali internos indivíduos úteis a si e ao país não se restringe à esfera filantrópica. Os estabelecimentos ditos de caridade daquele tempo apresentavam também esse ideal. Acredita-se que aqui o discurso caritativo atua para legitimar novas práticas políticas e laicas. O discurso tradicional religioso não aparece combatendo as novas necessidades de organização populacional, ao contrário, as legitima, empresta sua confiabilidade às ideias pautadas no pensamento moderno.

A Instituição teve três administradores de seu patrimônio: a Administração do Patrimônio dos Órfãos (1833-1858), o Tesouro Provincial (1858-1862) e a Santa Casa de Misericórdia, que acompanhou o Colégio até seus últimos suspiros. Contou também com três estatutos. O primeiro foi vigente entre os anos de 1834 a 1847, o segundo de 1847 a 1855 e, por fim, o que vigorou após 1855, quando findaram as atividades das oficinas.³

O Colégio contava com um Conselho Administrativo, formado por um presidente, dois “vogais”, um secretário, um tesoureiro e ainda o diretor. O Conselho, que deveria se reunir a cada mês, tinha a finalidade de definir o número de meninos que deveriam ser educados na Instituição, dar-lhes destinos ou despedi-los, sob aprovação do Presidente da Província; bem como propor ao poder provincial a venda ou permuta dos bens patrimoniais do Colégio; aceitar quaisquer donativos oferecidos à Instituição (desde que estivessem em condições favoráveis); firmar os contratos feitos pelo diretor com algum artista acerca da educação

externa dos colegiais; fiscalizar os bens e as rendas, aforando, arrendando e reparando todos os seus prédios; ordenar o pagamento de todas as despesas feitas pelo estabelecimento; conservar o seu patrimônio; tomar e aprovar as contas do diretor e do tesoureiro; encaminhar todas as ações ativas e passivas que dissessem respeito ao Patrimônio dos Órfãos; e ainda aprovar o orçamento da despesa do ano financeiro futuro.⁴

O Presidente da Província era quem detinha maior poder sobre o Colégio. Era quem decidia sobre os contratos ou demissões dos professores, efetuação de reformas ou reparos nos bens móveis ou imóveis da Instituição e ainda a autorização de venda de bens. A Administração do Patrimônio dos Órfãos deveria encaminhar as solicitações ao Presidente da Província para que este decidisse o que deveria ser feito. Notamos uma excessiva centralização da gestão nas mãos do presidente da província. Isso acabava dificultando o andamento das decisões da administração do estabelecimento.

Para ser inserido na Instituição, o jovem deveria ser órfão de pai e mãe ou apenas de pai, desde que lhe faltasse qualquer outro tipo de arrimo, ou fosse enjeitado oriundo da Casa dos Expostos. Ainda, consta no Estatuto do Colégio que os meninos deveriam ter entre sete e oito anos de idade, bem como gozar do órgão da razão e não apresentar moléstia contagiosa, a exemplo da lepra.⁵

O responsável interessado em internar um rapaz na Instituição deveria fazer um requerimento ao Presidente da Província para que este autorizasse devidamente o internamento. Ainda poderiam ser admitidos e educados no Colégio os rapazes cujos pais, parentes ou quaisquer protetores estivessem dispostos a pagar as mensalidades que fossem fixadas pelo Conselho Administrativo.

A diretoria teria a responsabilidade de fornecer um enxoval ao garoto que ali adentrasse, caso não gozasse de grande amparo. Os artigos que compunham a doação eram: jaqueta, calça e boné de pano escuro; três calças e três jaquetas; oito camisas; dois lenços de gravata; seis pares de meias curtas de algodão; dois pares de suspensórios; quatro pares de sapatos; uma coberta de algodão e duas de chita; quatro toalhas, duas de rosto e duas de pés; uma escovinha de dentes; um pente e uma bacia de flandres de rosto.

Não é demasiado ressaltar que os ditames do Estatuto nem sempre foram atendidos com eficácia. Um caso bastante incomum fora a internação de um garoto “mentecapto”, chamado José Policarpo de Freitas, cuja idade já atingia nove anos, que permaneceu matriculado por dois anos. O diretor Joaquim Fernandes Gama enviou um ofício ao Presidente da Província apontando o problema. Solicitou informações sobre o aluno ao professor de primeiras letras,

José Policarpo de Freitas, cujo argumento apontou-o como alguém que não havia aproveitado o que lhe era ensinado e ainda portava má pronúncia. Mesmo assim, o diretor solicitou ao Presidente que definisse a questão, uma vez que o jovem já estava ali internado há um bom tempo. Este caso, além de mostrar o caráter lasso dos estatutos, ratifica o alto poder que a província detinha sobre os que ali se encontravam.

Camões, aritmética, música, doutrina cristã... É hora de aprender!

A ideia de criação do Colégio deu-se no momento em que se estruturavam os cursos regulares de primeiras letras no Império Brasileiro, através da lei de 15 de outubro de 1827. O português, a aritmética, a geometria e os princípios de religião, moral e leitura passaram, então, a configurar o quadro das disciplinas obrigatórias.

Um ilustre educador da Instituição aqui tratada era o padre Carapuceiro, cuja importância como educador pode ser ilustrada pela sua nomeação, em 1851, para diretor geral dos estudos da província.⁶ Ainda, quando fora criado o Liceu Provincial, Lopes Gama foi nomeado seu primeiro diretor, em 1825, e também foi nomeado por duas vezes diretor do Curso Jurídico de Olinda.

O padre apresentou ímpar importância nas escolhas dos caminhos que seriam trilhados durante a educação dos meninos do Colégio dos Órfãos. Enfatizava veementemente o ensino da língua portuguesa. Acreditava que antes do conhecimento sobre os clássicos franceses, por exemplo, era indispensável a ciência da literatura portuguesa, como Camões e Padre Vieira. Admitia ainda a superioridade do ensino religioso diante do leigo.

João Alfredo dos Anjos observa que a direção do Colégio fora efetuada, sobretudo, por religiosos.⁷ Não é de admirar a presença de disciplinas voltadas para a catequese dos meninos que ali estavam e, portanto, o diálogo entre os princípios filantrópicos e os da caridade. Segundo o Regulamento do estabelecimento de ensino seria ensinado aos alunos: instrução primária, desenho linear e de perspectiva, geometria elementar e descritiva, francês, música vocal e instrumental. Ainda seriam utilizados o resumo do Evangelho e a Constituição Política do Império.⁸ No campo das artes e ofícios, se ensinaria aos meninos a sapataria, a marcenaria e a carpintaria.

Em 1837 fora aberto um concurso para a cadeira de música do Colégio. O vencedor foi o professor Thomas da Cunha Lima Cantuária, que apresentava bom conceito no meio urbano de Recife e de Olinda. O mestre dedicou-se aos seus pupilos órfãos até 1868, ano em que se

aposentou. Ensinava canto e solfejo, bem como clarinete, trombone, oboé, flauta, rabeca e trompa.

Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo foi mais um importante diretor do Colégio dos Órfãos. Mineiro, foi Presidente da Província das Alagoas, em 1832, Vice-Presidente da Província de Pernambuco, assumiu a Presidência em 1835 e foi Inspetor da Alfândega, em 1843. Seu governo operou para regulamentar o regime escolar primário, sistematizando-o com aulas duas vezes por dia com o seguinte programa:

Leitura e escrita, doutrina cristã, e noções de aritmética e geometria. Para leitura, a Constituição Política do Império, história do Brasil, e qualquer livro de moral; incumbindo ao professor inspirar a seus discípulos sentimentos de religião, piedade, amor à virtude, à pátria e seus semelhantes: obediência e respeito às leis e autoridades legais e a seus superiores, e amor ao estudo e ao trabalho.⁹

Nota-se aqui, além do caráter humanista da educação, ilustrado pela presença da aritmética, da geometria, da história e da política, a preocupação com a moralidade dos educandos, representada pelo desejo de incutir nas crianças sentimentos cristãos de piedade, amor e obediência. Ainda, é perceptível a atenção cedida ao respeito ante as hierarquias e ao estado, efetivado através de amor e empenho dedicados aos estudos e ao trabalho.

João Alfredo dos Anjos infere, através da presença de educadores tão ilustres na Instituição, como Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, Thomas da Cunha Lima Cantuária e o Padre Lopes Gama, que o Colégio dos Órfãos foi fruto de dedicação de profissionais que dotaram à Instituição pedagogia e estatutos atualizados. (ANJOS, 1997, p. 124)

Contudo, isso não é suficiente para afirmar que ambos foram efetuados regularmente no âmbito das práticas, nem mesmo que o Colégio não tenha apresentado problemas de funcionamento em seus primeiros anos. Analisando o discurso de 1838 do presidente Francisco do Rego Barros, mais conhecido como o Conde da Boa Vista, já são encontrados indícios de pequenos problemas pelos quais passaram os meninos, como as faltas do professor da Cadeira de Ensino Mútuo. Para solucionar a questão, o diretor preferiu encarregar dois alunos que se encontravam em estágio mais adiantado para lecionarem aos seus pares enquanto não houvesse presença de professor adequado.¹⁰

Parece que faltas de professores não eram tão raras, mesmo nos primeiros tempos de funcionamento da Instituição. Através do mesmo documento, tem-se conhecimento de que o diretor já reclamava pelo terceiro momento a nomeação de um substituto para remediar tais

ausências, uma vez que interrompiam a instrução e fomentavam a ociosidade, prejudicial em qualquer idade, sobretudo naquela em que o espírito começaria a desenvolver-se.

Ainda encontram-se indícios de que o rendimento das aulas de Ensino Mútuo ficava bem aquém do esperado. O relatório de Rego Barros indica que os alunos de tal cadeira não apresentavam nenhum adiantamento. Isso não seria explicado somente por conta da falta do docente, mas também pela sua pouca habilidade, que teria reduzido o ensino a uma rotina estéril pela qual os educandos passavam mecanicamente, sem a menor atenção.

Isolamento, vigilância e ordem: produzir é preciso, viver não é preciso

Os meninos ali internados eram alvos de rígido disciplinamento. O Colégio dos Órfãos visava a produzir rapazes obedientes e trabalhadores, capazes de auxiliar o progresso e o sucesso moral da nação brasileira. Por conta disso, foram criados mecanismos que tinham por finalidade fazer destes garotos sujeitos dóceis e disciplinados sob a égide dos ditames de civilidade.

Pela vestimenta dos colegiais já dava para notar uma tentativa de disciplinarização. Os garotos deveriam utilizar “vestido” azul sobre a camisa, calça comprida que fizesse dispensar a utilização de meias e ainda sapatos brancos de couro bem folgados. Fora do Colégio, era recomendado que usassem, em ato de comodidade, jaqueta, calça, boné azul e sapatos pretos com meias.¹¹ A tentativa de uniformizar o vestuário dos meninos parece já indicar uma estratégia que visava a criar uma unidade entre os garotos, estabelecendo novas identidades, rompendo com as antigas. Tal estratégia ainda permite a fácil identificação desses sujeitos fora da Instituição. O que está muito próximo das práticas promovidas pelas instituições totais como conceitua Goffman (1999). Neste sentido, o isolamento das instituições totais caracteriza-se pela barreira que ergue a relação social com o mundo externo e pelas proibições à saída dos internos. Os aspectos da vida dos indivíduos que se encontram nesse tipo de estabelecimento devem ser realizados no mesmo local e sob uma única autoridade, além de terem de apresentar a companhia de um número relativamente grande de pessoas, tratadas do mesmo modo, acompanhando as suas atividades diárias. Soma-se a isso o rigoroso controle temporal de suas tarefas e lazer. (GOFFMAN, 1999)

Os garotos do Colégio deveriam sempre estar em companhia de algum funcionário do estabelecimento. Nas salas de aula, o professor era a autoridade que deveria zelar pelo silêncio, disciplina e método de estudo por parte dos alunos. Além disso, cabia ao docente auxiliar o

diretor e o vice-diretor da Instituição na vigilância dos garotos acerca de seus comportamentos e condutas de moralidade. Fora das salas de aula, a figura do pedagogo era a que deveria garantir a atenção sobre as práticas dos alunos. Tentava-se fazer com que os internos se sentissem vigiados a todo momento, dificultando, de tal maneira, maus comportamentos, como fugas, brigas, ociosidade e até relações sexuais ou masturbações, entendidas como grandes perigos, uma vez que poderiam representar difusão de doenças e desperdício de energia.

Os rapazes também deveriam realizar suas atividades em conjunto. Era proibido aos órfãos falar em segredo ou estar a sós com qualquer pessoa de fora do Colégio ou mesmo do seu interior. O comportamento dos garotos deveria seguir um regime de horários. Era salutar o despertar às cinco horas da manhã, no verão, e às seis, no inverno; tinham que preparar suas camas e ainda se vestirem para dar início aos trabalhos no Colégio. Os colegiais deveriam realizar a limpeza dos aposentos e a arrumação das camas. Era preferível que evitassem ao máximo o socorro dos serventes para atividades consideradas simples como essas.¹²

Tocava-se o refeitório três vezes ao dia: sete horas da manhã, uma hora da tarde e sete horas da noite. As refeições deveriam ser frugais, variadas e saudáveis. O almoço com chá e café, acompanhado de algum sólido. O jantar com sopa, carne cozida com verduras, carne assada ou guisada, pirão, arroz, frutas da estação ou doces, e peixes nos dias de guarda. As refeições também poderiam ser as mais simples, indicadas pelo professor de saúde do Colégio. Como não eram raros os problemas financeiros que acometiam o Colégio, é possível duvidar de que a variedade da alimentação sugerida pelo regulamento fosse efetivada com frequência.

Os rapazes deveriam recolher-se para dormir às nove horas da noite, no inverno, e às dez, no verão. Recomendava-se que as camas fossem as mais simples possíveis, de preferência sem colchões e uniformizadas, sem conforto, duras para enrijecer o corpo. Era interdito, aos garotos, dormir vestidos ou com as cabeças cobertas.

A construção de uma nova subjetividade, identidade, corpo e controle da sexualidade anda junto com o controle do tempo pautado na produção e no combate ao ócio, em contrapartida a mensuração de festas, comuns à Colônia (DEL PRIORE, 2000), como revela o texto abaixo:

A regularidade nas horas de deitar e levantar da cama é muito conveniente assim como o habito de levantar cedo. O costume de madrugar é útil a saúde faz alongar a vida deixa mais tempo para trabalhar e portanto para aumentar os bens da fortuna e para dar melhor despacho dos negócios de que estamos incumbidos.¹³

Adestrar os corpos dos alunos no seio de um jogo temporal favorável ao ritmo do

trabalho, acordar cedo para evitar a ociosidade, ainda um valor da sociedade senhorial e escravocrata, ajudaria na manutenção de uma boa saúde, alongando a vida de um sujeito disposto a produzir e ascender socialmente.

A administração fazia um esforço para isolar os órfãos do mundo externo, ao limitar o contato que os colegiais pudessem ter com alguma pessoa de fora da Instituição. Os alunos apenas poderiam receber visitas em dias santos, feriados e domingos, tendo para isso a devida permissão do diretor do Colégio. Não era permitido visitar um colegial mais de uma vez por mês, exceto em ocasiões extraordinárias permitidas pelo diretor. Os internos também eram privados de enviar ou receber cartas a pessoas externas, como familiares, padrinhos, amigos, sem o devido consentimento do dirigente do estabelecimento.¹⁴ Esse rigor só era rompido em breves períodos e sob a vigilância do diretor.

O Colégio dos Órfãos apresenta caráter híbrido, pois, apesar de possuir características de uma instituição total, tinha uma finalidade educacional. As medidas não eram necessariamente coercitivas e punitivas. Não era uma prisão correcional, mas um estabelecimento cuja meta era educá-los para que obtivessem êxito profissional e moral.

O Colégio, como as demais instituições assistenciais atreladas a um Estado mais preocupado em produzir a vida, tinha uma nova necessidade: a produção de um saber sobre os alunos e suas competências, possibilidades e faltas. Para isso, foi colocado em prática um “arsenal” de coleta de informações: listas que visavam a indicar o grau de escrita, leitura e contabilidade dos alunos; nome completo de cada colegial; um quadro de observações que versavam sobre a aplicação de cada aluno nos estudos, apontando os tardios ou não, aplicados ou pouco aplicados¹⁵; e fichas de identificação completa com informações acerca da entrada do interno, sua idade e seu comportamento.¹⁶ Um mapeamento coletivo e individual, um saber que alcança o sujeito individual e coletivo.

A direção do estabelecimento buscava conhecer o comportamento dos internos. Isso acabava por permitir um sistema de quantificações, garantias e punições mais individualizado. Como enfatiza Foucault, a crescente frequência das escolas, a partir da segunda metade do século XVIII, atribuírem colocações aos alunos em cada tarefa ou prova organiza-se segundo uma nova economia do tempo de aprendizagem. O “espaço escolar passa a funcionar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar e de recompensar”. (FOUCAULT, 2007, p. 126) Cria-se uma cultura da concorrência, baseada em penalidades e recompensas.

Esse sistema de punições e garantias estava baseado no método Lancaster. De acordo

com ele, deveria-se criar uma competência industrial na educação, destacando os mais aptos à memorização e a tarefas repetitivas.¹⁷ É tanto que se considerava salutar a indicação de monitoria para alunos tidos como mais “avançados” em relação aos outros, prática que foi adotada no Colégio.

Os meninos que se destacassem nas aulas ou nas atividades domésticas do Colégio tinham a possibilidade de ser recompensados. Entre as premiações, destacam-se a distinção de lugares nas salas de aula ou nos refeitórios, o recebimento de medalhas ou de livros, a menção honrosa nos livros de matrículas e até o auxílio subsequente para os estudos superiores.¹⁸

Por outro lado, as punições deveriam estar de acordo com a gravidade das faltas que poderiam ter cometido. As penas deveriam ser impostas pelo diretor ou por quem estivesse dirigindo o Colégio em seu lugar. Nas salas de aula, os professores tinham o poder de aplicar penalidades. Em outros casos, os funcionários do estabelecimento deveriam remeter o aluno que houvesse cometido algum delito ao diretor. Caso ocorresse alguma falta que não estivesse prevista formalmente, caberia ao diretor apresentá-la ao Conselho Administrativo para que assim o assunto fosse solucionado. Se a falta fosse entendida como muito grave, deveria ser comunicada ao Presidente da Província, que definiria a permanência ou a retirada do aluno da Instituição.¹⁹

Ai, ai, ai, meninos teimosos!

As medidas de controle não foram suficientes para isolar os garotos do mundo externo ao Colégio, nem mesmo fazer deles sujeitos passivos. Eram garotos, meninos, rapazes que não se submeteram e nem submergiram ao rigor da disciplina escolar. As fugas eram constantes, agindo com astúcia e realizando desejos. É o caso dos jovens Virssimo e Estevão, que em maio de 1850 foram capazes de mobilizar profissionais da Instituição em suas buscas, como se observa abaixo:

... a noite do dia 4 do corrente mes, evadirão-se deste Collegio dous Orfãos Virssimo de Araujo Pinheiro, e Estevão [sic] logo depois da fuga dos dois ditos órfãos mandei-os procurar, mas não foi possível encontra-los.²⁰

Outra tática utilizada pelos garotos era a de não retornar ao Colégio quando lhes fosse dada permissão para ausência. Por algum motivo, como a permissão de passar as festas de fim de ano com a família ou o tratamento de doença fora das fronteiras do Colégio, alguns garotos

afastavam-se da Instituição e não mais retornavam, como aconteceu com o garoto André Henrique, que por ter obtido autorização de afastamento por um dia e não ter retornado ao estabelecimento em quatorze dias, teve seu caso relatado à diretoria do Colégio.²¹

Destinos fugidios...

Os colegiais deveriam ser educados para se tornarem aptos a oferecer algum ofício à sociedade. Existiam alguns destinos possíveis a esses rapazes, como o envio a mestres de oficinas que pretendessem lhes ensinar algum tipo de ofício; o encaminhamento a negociantes, para que assim os jovens fossem inseridos no ramo comercial, como caixeiros; o envio para as bandas de música da primeira linha da Guarda nacional ou da polícia; e ainda a indicação para as oficinas do Arsenal de Guerra, caso o garoto possuísse aptidão para os ofícios mecânicos, ou da Marinha, para o emprego do menino nos trabalhos de construções navais.²² Também era permitido que algum colegial fosse entregue a algum parente. Todavia, nem sempre isso era possível, uma vez que o familiar deveria comprovar a capacidade de oferecer um destino conveniente ao jovem. Rita Senhorinha, por exemplo, desejosa de retirar seus dois filhos da Instituição, não recebeu a permissão do estabelecimento para tal, como se observa no ofício abaixo, datado de 15 de julho de 1856:

Rita Senhorinha do Espírito Santo pede a entrega de seus filhos Francisco d'Alfais de Medeiros e Alexandre Pinto de Medeiros, educandos do Collegio dos Orphãos, por já terem completado a sua educação e tem ella meios de empregar-os de um modo vantajoso a elles, e a si propria. O Conselho informa a V. Ex.cia que os mesmos educandos se achão incluídos no numero dos que tem de ser entregues ao Inspector do Arsenal da Marinha para serem empregados nas respectivas officinas, conforme a aptidão de cada um; e [sic] a V.Ex.cia que a supplicante não prova a existencia d'esses meios que diz ter para poder estabelêcel-os.²³

O trabalho nas fábricas era também uma possibilidade. Entretanto, os rapazes que eram direcionados ao trabalho industrial geralmente sofriam maus tratos. Braga (2003) relata que alguns desses garotos dormiam por cima de tijolos em galpões abertos nos fundos de fábricas que, por sinal, se recusavam a assinar contrato com relação à educação dos meninos (BRAGA, 2003). Cabe salientar que a oficina ou estabelecimento que recebesse um aluno do Colégio deveria assinar um termo de aceitação que indicasse a obrigação de cuidar e educar, oferecendo informações ao diretor do Colégio acerca do estado de adiantamento do garoto, assim como

sua conduta.

A idade limite de permanência de uma criança ou de um jovem desvalido na Instituição variava de acordo com a época. No relatório que o Presidente Rego Barros apresentou à Assembléia Legislativa, em 1842, há informação de que os rapazes deveriam ser alimentados e educados no estabelecimento até os dezesseis anos.²⁴ No Estatuto do Colégio (1855), a idade máxima que a Instituição deveria “proteger” o colegial, bem como educá-lo, era de dezoito anos.²⁵ Um Regulamento de 1861 previa que, aos quatorze anos, a educação do jovem já estaria terminada, apesar de o Colégio possuir ainda obrigações para com os alunos que ainda não tivessem vinte e um anos completos, como o dever de conhecer a conduta e o aproveitamento dos jovens que houvessem sido encaminhados para outras instituições ou oficinas.²⁶

Existia a possibilidade de algum jovem que apresentasse desenvolvimento ou talento para realizar progressos nas artes ou nas ciências ser auxiliado nas aulas superiores. O patrimônio do Colégio assumia os custos até que fosse completada a sua educação artística ou científica, de acordo com a forma que o Conselho ou o Presidente da Província determinassem.

Para João Alfredo a instrução que era destinada aos garotos do Colégio não permitia que eles galgassem níveis altos de ensino na província, como estudar no Liceu Provincial ou no Colégio das Artes, uma vez que o latim estava ausente do currículo escolar, que tinha um direcionamento prático, reforçado pela introdução de oficinas de carpintaria, sapataria e marcenaria. De tal maneira, o autor defende que os alunos do Colégio dos Órfãos não poderiam aspirar a nada que estivesse além de postos intermediários nas milícias, oficinas, lojas ou bandas de música. (ANJOS, 1997)

Nascimento (2008) defende que, aos meninos enjeitados de cor branca, a educação do estabelecimento poderia, sim, significar uma ascensão social. Aponta que o critério racial era de grande valia para diferenciar o encaminhamento dos jovens expostos para algum tipo de emprego. Aos de pele escura ou parda os trabalhos agrícolas ou urbanos eram prioritários, não existindo para estes a oportunidade dos estudos com alguma formação técnica. Dessa forma, dispositivos de discriminação racial e social foram criados e acionados para inserir essas crianças na sociedade, delimitando e diferenciando os espaços permitidos aos jovens negros ou pardos e aos garotos brancos. (NASCIMENTO, 2008)

O destino profissional da maioria dos rapazes do Colégio não aparentava ser muito promissor, sobretudo com o agravamento da situação financeira da Instituição no último quartel do Dezenove. Em 1874, o Presidente Pereira de Lucena relatava a triste situação do

Colégio:

Continúa installado em um edificio proprio á rua da Gloria, que não é devidamente arejado e não tem espaço sufficiente para os collegiaes, que por isso soffrem muito no seu desenvolvimento physico, achando-se quasi na totalidade anemicos ou enfesados.

O ensino que alli se lhes dá consiste em ler, escrever e contar mal, e em um pouco de musica, de sorte que, ao deixarem o estabelecimento em idade já crescida, quando é difficil a aprendizagem, e sem habitos de trabalho, que ao se adquire na infancia, se lhes pôde prognosticar o mais triste e lastimoso futuro.²⁷

Como já foi assinalado, as dificuldades estruturais e educacionais do estabelecimento não eram poucas. Era desonrosa a maneira pela qual o poder público tratava a infância, entendida com o período mais importante na vida de um indivíduo, fase capaz de desenvolver o hábito do trabalho, fazendo do sujeito um adulto íntegro, útil a si mesmo e à nação. Meninos anêmicos, internados em edificio de pouca ventilação e espaço, sem contar com uma boa educação, não poderiam apresentar futuros tão esperançosos. Os poderes públicos, incapazes de oferecer saúde, educação e uma inserção social digna aos rapazes que aqui se encontravam, passaram a articular novas estratégias para melhorar a situação desses garotos e fazê-los efetivamente úteis. Nesse âmbito, o Colégio parecia não mais representar esses anseios.

Os últimos suspiros...

Foram raros os momentos em que o Colégio dos Órfãos não teve problemas financeiros, estruturais e educacionais. Latrinas quebradas que custaram a ser reparadas; edificios em ruínas; ensino deficiente; carência de roupas para as crianças e jovens; leitos da enfermaria arruinados; brigas entre os meninos e os escravos; regime alimentar tido como insuficiente; problemas de saúde frequentes, como as correntes febres e irritações dos tubos digestivos; mortes... Ufa! Quantas dificuldades não devem ter enfrentado esses garotos e rapazes!

No último decênio de existência (1870) a Instituição parece ter passado por piores obstáculos. Em 12 de setembro de 1863, na tentativa de amenizar os problemas, o Colégio dos Órfãos é transferido para uma casa de propriedade particular, localizada na Rua da Aurora. Analisando o relatório do Presidente da Província, de janeiro de 1865, observa-se que neste novo endereço, o edificio já precisava de reformas. Acontece que não poderiam ser efetivadas na atual localidade, sendo possível apenas em um edificio que fizesse parte do Patrimônio dos Órfãos: uma casa existente na Rua da Glória.²⁸ Os edificios do Patrimônio estavam em

péssimo estado, e a educação dos meninos do Colégio não era nada boa. Rapazes saíam do estabelecimento aos quatorze anos mal sabendo as primeiras letras e um pouco de música.²⁹ A transferência é efetivada em 1866, mas os problemas continuaram.³⁰

No dia seis de dezembro de 1873, o Diário de Pernambuco anuncia na capa do jornal a ordem de transformação do Colégio dos Órfãos em uma colônia agrícola. Observa-se uma crítica ao regime educacional destinado aos colegiais, entendido como possuidores de um futuro nulo e obscuro. Segundo o artigo, a educação que os meninos ali estavam tendo era inapropriada às diversas capacidades e vocações que poderiam possuir. A melhor maneira de oferecer um bom destino aos órfãos e desvalidos seria educá-los moralmente e intelectualmente a partir do que se julgava essencial: a educação técnica agrícola.³¹ O que se observa é um embate entre o ensino clássico humanístico, utilizado no Colégio, e o ensino técnico, voltado essencialmente para o trabalho agrícola. Este último saiu vitorioso. É bom lembrar que a modernização dos engenhos em Pernambuco ocorria a passos largos. Era necessária uma mão de obra qualificada para trabalhar nos engenhos centrais que vão surgir, o que demonstra a vitória de segmentos da elite açucareira frente à industrial.³²

Empreendendo reformar o Colégio dos Órfãos inteiramente, em 1874, o Presidente da Província comentava a necessidade de desenvolver uma educação elementar e profissional que pretendia tornar as crianças e jovens do estabelecimento úteis a si e ao estado. Afirmando que os cofres do Patrimônio dos Órfãos são insuficientes para levar à tona um aperfeiçoamento de tamanha magnitude, indicou o aproveitamento da antiga Colônia Militar de Pimenteiras para fundação de uma colônia orfanológica, nomeada Isabel, em homenagem à princesa imperial.³³

O Diário de Pernambuco passou a publicar anúncios clamando aos parentes dos alunos que os retirassem do Colégio, caso preferissem que não seguissem para a Colônia.³⁴ No dia vinte e cinco de janeiro de 1875, o Diário apresenta, enfim, a transferência dos garotos para a Colônia Isabel, efetivada no dia anterior.³⁵ A fonte não explicita o número de rapazes que passaram pela mudança. Contudo, o ímpeto de esperança que parece ter movido a efetivação da Colônia Isabel, como uma instituição destinada a uma educação técnica a infantes desvalidos, parece logo ter esvanecido. Braga (2003) conta que a avaliação do estabelecimento diante dos rapazes que vinham do Colégio dos Órfãos era de pouco ou nenhum aproveitamento. Mesmo os garotos que saíram do Colégio com idade mais avançada mostravam-se inaptos para custear a sua sobrevivência, não estavam preparados profissionalmente (BRAGA, 2003). Os problemas permaneciam...

As articulações realizadas entre os mecanismos de saber e de poder no Colégio dos

Órfãos visavam a educar crianças e jovens, preparando-as para um cotidiano em que o trabalho fosse um elemento imperativo. Todavia, podemos inferir que os objetivos desses dispositivos não foram plenamente eficientes. Os garotos que ali foram recebidos não desenvolveram, em sua maioria, habilidades capazes de inseri-los em atividades de trabalho que lhes garantissem sustento. A instituição, neste sentido, operou mais para efetivar dispositivos de poder que tinham por finalidade afastar os meninos do convívio com a dita “sociedade de bem” aristocrática e escravocrata, trancafiando-os em estabelecimentos com estruturas precariamente estabelecidas, do que para proporcionar efetivamente capacidades profissionais que pudessem garantir a essas crianças e jovens destinos afastados do abandono nas ruas. Era a cruel ordem ofuscada pelo belo discurso filantrópico. Vê-se, então, que a exclusão social de jovens pobres e sem família tem história. É preciso coragem para mudar, vontade para fazer, sonhos para viver. Como diria Shakespeare, em sua última comédia: “Nós somos esta matéria de que se fabricam os sonhos (...)”.³⁶ É preciso legitimá-los efetivamente por meio de ações, discursos, vontades e embates.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANJOS, João Alfredo dos. *A roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

BRAGA, Vera Lúcia. *Pequenos aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, F.A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife. Volume IX, 1965.

_____. *Anais pernambucanos*. Recife. Volume X, 1966.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Campinas: Univ. Estadual de Campinas, 1977.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. *Honradas senhoras e bons cidadãos: gênero, imprensa e sociabilidades no Recife oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

KAFKA, Franz. *A metamorfose*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.

NEVES, Fátima Maria. MEN, Liliana. *O método pedagógico de Lancaster e a cultura escolar*. Disponível em: <<http://by116wbay116.mail.live.com/default.aspx?wa=wsignin1.0>>. Acesso em 20 nov. 2009.

_____. A Roda dos enjeitados nos embates da cultura. In: NASCIMENTO, Alcileide Cabral e GRILLO, Maria Ângela (Orgs.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2002.

Notas

¹ Relatórios dos Presidentes de Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>> Acesso em maio/2009.

² Relatórios dos Presidentes de Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>> Acesso em maio/2009.

³ Em nossa pesquisa encontramos apenas o último dos estatutos.

⁴ ESTATUTOS DO COLLEGIO DOS ORPHAOS, p. 2-4, 1855. (APEJE).

⁵ Idem, p.18

⁶ Ver a propósito de Lopes Gama a dissertação de GONÇALVES FILHO, 2009.

⁷ ESTATUTOS DO COLLEGIO DOS ORPHAOS, p.19, 1855. (APEJE).

⁸ REGULAMENTO PARA O COLLEGIO DOS ORPHAOS DE SANTA THEREZA, p.12, 1861. (APEJE).

⁹ COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 1966, Volume X, p.124.

¹⁰ Relatórios dos Presidentes de Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>> Acesso em maio/2009.

¹¹ ESTATUTOS DO COLLEGIO DOS ORPHAOS, p.24, 1855. (APEJE).

¹² REGULAMENTO DO COLLEGIO DOS ORPHAOS DE SANTA THEREZA, p.14, 1861. (APEJE).

¹³ Código C.O – 5, p.139, 1856-1857. (APEJE).

¹⁴ REGULAMENTO DO COLLEGIO DOS ORPHAOS DE SANTA THEREZA, p.16, 1861. (APEJE).

-
- ¹⁵ Códice C.O -4, p. 394, 1854-1855. (APEJE).
- ¹⁶ Idem, p.85.
- ¹⁷ Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf> Acesso em maio/2009.
- ¹⁸ ESTATUTOS DO COLLEGIO DOS ORPHAOS, p.32, 1855. (APEJE).
- ¹⁹ REGULAMENTO DO COLLEGIO DOS ORPHAOS DE SANTA THEREZA, p.17, 1861. (APEJE).
- ²⁰ Códice C.O -1, p. 81, 1849-1850. (APEJE).
- ²¹ Códice C.O -2, p.243, 1851. (APEJE).
- ²² REGULAMENTO DO COLLEGIO DOS ORPHAOS DE SANTA THEREZA, p.13-14, 1861. (APEJE).
- ²³ Códice C.O – 5, p.174, 1856-1857. (APEJE). Não foi encontrado na documentação como os familiares poderiam comprovar a existência de meios capazes de empregar os rapazes, contudo, pode-se perceber, através da fonte citada, que a Instituição apresentava certa diligência e controle acerca da retirada dos jovens que ali estavam internos.
- ²⁴ Relatórios de Presidentes de Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>> Acesso em maio/2009.
- ²⁵ ESTATUTOS DO COLLEGIO DOS ORPHAOS, p.27, 1855. (APEJE).
- ²⁶ REGULAMENTO DO COLLEGIO DOS ORPHAOS DE SANTA THEREZA, p.13-14, 1861. (APEJE).
- ²⁷ Relatórios dos Presidentes de Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>> Acesso em maio/2009.
- ²⁸ Relatórios dos Presidentes de Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>> Acesso em maio/2009.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 01/07/1874
- ³¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 06/12/1873
- ³² Sobre os engenhos centrais ver EISENBERG, 1977.
- ³³ Relatórios dos Presidentes de Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>> Acesso em maio/2009.
- ³⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 23/01/1875
- ³⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 25/01/1875
- ³⁶ SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 89-90.